



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1861088 - RS (2020/0029226-5)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : CEZAR AUGUSTO CIROLINI  
**ADVOGADO** : ROSÂNGELA DE OLIVEIRA BORTOLINI - RS081170  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **CÉZAR AUGUSTO CIROLINI**, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande Sul, assim ementado (e-STJ, fls. 442-443):

“APELAÇÃO. CÓDIGO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.ART. 171, CAPUT (DUAS VEZES). ESTELIONATO.EXISTÊNCIA DOS FATOS E AUTORIA.

Depreende-se do contexto probatório que o acusado, mediante ardil, na medida em que se passava por agenciador de cargas da empresa Transvidal, contratou motoristas para carregar quatro cargas de soja (duas de cada empresa), cujo destino era Rio Grande. Todavia, após respectivo carregamento das carretas, novamente se passando por funcionário da Transvidal, desviava a carga, obtendo, dessa forma, vantagem ilícita ao vendê-las para a Sementes Tombini como se fossem suas, conseguindo descontar um cheque no valor de R\$ 20.000,00, referente ao primeiro fato. Autoria evidente que impõe a manutenção do decreto condenatório.

CRIME ÚNICO.

Caso em que a conduta do réu se adequou, por duas vezes, ao tipo penal do art. 171, caput, do CP, uma vez que mediante ardil, consistente em dissimulação e mentira, induziu em erro, por duas vezes, não só os motoristas, mas também a pessoa para qual vendeu e pretendia vender assacas de soja. Assim, resta afastada a tese de crime único.

TENTATIVA.

O crime de estelionato é material, ou seja, apenas se consuma com o efetivo desfrute da vantagem ilícita pretendida pelo agente. Precedente do STJ. Em relação ao primeiro fato, não há falar em tentativa, uma vez que comprovado o prejuízo suportado pela empresa ludibriada. Comprovado, então, que o denunciado dispôs da vantagem ilícita, consumando o crime de estelionato. já quanto ao segundo fato, considerando o modus operandi, o objetivo jamais foram as sacas de soja, mas sim o vendê-las, mediante ardil, para aí sim obter a vantagem ilícita. A obtenção da vantagem ilícita apenas se consumaria com a venda das sacas de soja, após induzir em erro as vítimas. Não havendo prova de que o réu desfrutou da vantagem ilícita proveniente das cargas que desviou, é caso de desclassificar a conduta do segundo fato para a modalidade tentada.

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

Fato 1: Basilar afastada do mínimo legal, em razão do número de antecedentes, da personalidade e das consequências do crime, justificando o aumento no caso concreto. Pena agravada pena reincidência, definitiva em dois anos e dez meses. Fato 2: Basilar afastada do mínimo, mas reduzido o aumento, pois afastado o vetor consequências. Pena agravada em quatro meses pena reincidência e diminuída em 1/3 pela tentativa, definitiva em um ano seis meses e vinte dias.

AGRAVANTE. REINCIDÊNCIA.

Incidência obrigatória da agravante da reincidência, cuja aplicação visa apenas

com maior severidade o acusado que volta a delinquir, tendo em vista a maior censurabilidade da sua conduta. Seu reconhecimento não afronta texto constitucional e não há que se falar em dupla penalização ou bis in idem, meramente maior rigor da lei àqueles que fazem da criminalidade um hábito.

#### PENA DE MULTA.

A pena de multa é inerente ao tipo penal nos delitos patrimoniais e não pode ser afastada. No caso, fixada em 30 dias à razão de 1/30 para cada delito, proporcional com a pena corporal.

#### CONCURSO FORMAL.

Sendo a pena do primeiro fato mantida e a elevação em um sexto pelo concurso formal, a pena definitiva permanece em três anos, três meses e vinte dias de reclusão. A pena de multa segue inalterada, pois é cumulativa.

#### REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA.

Corretamente estabelecido no semiaberto, afinal, o réu é reincidente, bem como as circunstâncias judiciais do art. 59, especialmente os antecedentes, recomendam regime mais severo.

#### PENAS SUBSTITUTIVAS.

Inviável a substituição, pois o réu é multireincidente, inclusive específico. Pelos mesmos motivos, inviável o sursis."

Opostos embargos infringentes, foram desprovidos, em acórdão com a seguinte ementa (e-STJ, fls. 526-527):

"APELO DEFENSIVO PROVIDO, EM PARTE, POR MAIORIA." EMBARGOS INFRINGENTES. ESTELIONATO. ESTELIONATO TENTADO. CONTINUIDADE DELITIVA. 1. PRELIMINAR LEVANTADA EX OFFICIO. PRESCRIÇÃO. ESTELIONATO TENTADO (2º FATO). PENA FIXADA, POR MAIORIA, EM SEDE DE APELAÇÃO DEFENSIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

Hipótese em que o imputado foi condenado, em 1º Grau, à pena de 2 anos e 10 meses de reclusão para cada delito de estelionato. A Colenda 7ª Câmara Criminal deste Sodalício, ao apreciar recurso exclusivamente defensivo, por maioria, em relação ao 2º fato, reconheceu a tentativa e reduziu a pena -base para 2 anos, chegando à reprimenda final de 1 ano, 6 meses e 20 dias de reclusão. Quantitativo punitivo final do 2º fato estabelecido em 2º Grau de Jurisdição que remete à aplicação do art. 109, V do CP, que prevê o lapso prescricional de 4 anos. O mesmo em relação à multa aplicada (art. 114, II do CP). Prazo transcorrido entre a data do recebimento da denúncia (14.02.2014) e a publicação da sentença condenatória (16.03.2018), lembrando que cada crime, quando em continuidade delitiva, para efeito de prescrição, é considerado isoladamente, nos termos do art. 119 do CP. Extinção da punibilidade que se impõe, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado. Art. 107, IV do CP Embargos infringentes prejudicados nesse ponto. 2. ESTELIONATO (1º FATO). DOSIMETRIA. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. Doute maioria do Colegiado que, quanto ao 12º fato, manteve a basilar imposta ao embargante em 2 anos e 6 meses de reclusão negativas as operadoras antecedentes, personalidade e consequências. Prolator do voto minoritário que, afastando o tise das moduladoras personalidade e consequências, reduziu a pena -base para 1 ano e 4 meses de reclusão. Prejuízo, consistente em R\$ 20.000,00, que foi de monta, repercutindo no apenamento basilar, ensejando a valoração negativa das consequências do crime. Histórico criminal do acusado, multireincidente (12X), uma das condenações caracterizadoras a reservadas à 2ª fase da dosimetria, as demais repercutindo nas vetoriais antecedentes e personalidade, não operado o bis in idem, porque valoradas singularmente. Pena-base mantida. Pretensão infringente desacolhida, no aspecto.

3. PENA DE MULTA. O critério para fixação da pena pecuniária é o bifásico, isto é, a quantidade informada pelas circunstâncias judiciais do art. 59 do CP; a unidade, pela situação financeira do acusado in casu, a pena de multa de 30 dias -multa está de acordo com a análise das circunstâncias do art. 59 do CP, que não foi inteiramente favorável ao réu, e com suas parcas condições financeiras. Redução descabível.

DE OFÍCIO, JULGADA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO EMBARGANTE, EM FACE DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, CONSIDERANDO APENA PRIVATIVA DE LIBERDADE FINAL ESTABELECIDADA AO CRIME DE ESTELIONATO TENTADO (2º FATO) EM SEDE DE APELAÇÃO. ART. 107, IV DO CP. EMBARGOS INFRINGENTES PREJUDICADOS NESSE PONTO, REMANESCENDO A CONDENAÇÃO PELO DELITO DE ESTELIONATO (1º FATO), ÀS PENAS DE 2 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA NO REGIME INICIAL SEMIABERTO, E 30 -DIAS MULTA, À RAZÃO UNITÁRIA MÍNIMA. EMBARGOS INFRINGENTES DESACOLHIDOS. POR MAIORIA."

Nas razões do especial, aponta contrariedade aos arts. 33, § 2º, alínea "c", 59, 44, I, todos do Código Penal, bem como ao art. 386, IV, V, VI e VII, do CPP; argumentando, em suma, ser necessária nova valoração da prova a fim de absolver o recorrente em razão do princípio *in dubio pro reo*.

Refuta, ainda, o aumento na primeira fase em razão dos antecedentes, uma vez que o patamar de 1 ano implicaria a desproporcionalidade do *quantum* perpetrado.

Alega *bis in idem* no agravamento da pena em razão das consequências, salientando que o prejuízo estaria incluso no tipo penal de estelionato.

Contrarrazões às fls. 593-597 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso (e-STJ, fls. 625-628).

**É o relatório.**

Decido.

Inicialmente, no que se refere à prevalência do princípio *in dubio pro reo*, convém registrar a seguinte passagem do acórdão recorrido:

"Nessa esteira, julgo que a autoria também restou descortinada. Note-se que, desde o princípio, o denunciado foi indicado por Pedro Tombini e pelos motoristas, Derli Camargo Nunes e Derli Ferreira Carvalho, como sendo o mentor dos golpes. Com efeito, a possibilidade de que outrem estivesse assumindo falsamente a sua identidade é peremptoriamente afastada pelo reconhecimento realizado pela testemunha Tiago Guimarães, na fase policial, por meio de fotografia. Não bastasse, o relato da testemunha Dalton Scanagatta dá conta de que o réu é indivíduo conhecido por aplicar golpes com *modus operandi* similar, usualmente se passando por funcionário de sua empresa. Desse modo, em que pese, por si sós, os elementos não sustentem a prolação de um édito condenatório, quando aliados conduzem à certeza necessária de que o denunciado foi quem perpetróu os crimes telados."

Desse modo, tendo as instâncias ordinárias concluído pela culpa indubitável do recorrente a partir do exame das provas colhidas durante a instrução probatória, a revisão do tema nesta Corte demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em sede especial, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

"INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS A AMPARAR O DECRETO CONDENATÓRIO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. IN DUBIO PRO REO. INVERSÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

5. Não há que se falar em absolvição do agravante pela regra de julgamento do *in dubio pro reo* quando as instâncias ordinárias afirmam que a autoria ficou, indubitavelmente, comprovada nos autos.

6. Conclusão em sentido contrário quanto à ausência de provas acerca da autoria delitiva demanda revolvimento das provas dos autos, medida inviável em agravo de instrumento e recurso especial, ante o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

7. Agravo regimental a que se nega provimento."

No que refere ao aumento efetuado na pena-base à título de maus antecedentes, verifica-se que o acórdão recorrido justifica o recrudesimento dessa circunstância com base em 10 ações penais transitadas em julgado contra o recorrente, todas relacionadas a fatos anteriores ao que narrado na denúncia, conforme se denota às fls. 482-485 (e-STJ).

Portanto, tendo sido justificado o valor negativo acentuado da circunstância judicial considerada, não há falar em desproporção do aumento de 1/4 efetuado (1 ano), a incidir sobre o intervalo entre a pena mínima e máxima cominada ao crime de estelionato.

Nesse sentido:

"[...]

9. Não se infere ilegalidade na primeira fase da dosimetria, pois o acórdão condenatório reconheceu que o réu ostentava duas condenações transitadas em julgado quando a prática delitiva, o que justifica o incremento da básica. Além disso, importa destacar que o aumento ideal de 1/6 por vetorial desfavorável pode ser superado, desde que seja declinada motivação idônea, em atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade. Nesse passo, dada a presença de dois títulos condenatórios a serem sopesados, descabe falar em aumento excessivo na pena-base, pois esta restou exasperada em 1/4.

"[...]"

(HC 422.030/SC, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

Por fim, no que se refere às consequências do delito, verifica-se que o acórdão recorrido justificou a valoração negativa dessa circunstância judicial com base no elevado prejuízo suportado pela vítima (e-STJ, fl. 488).

Tal argumento não configura *bis in idem*, uma vez que se considera o prejuízo patrimonial além do necessário para o cometimento do crime de estelionato para a valoração negativa das consequências.

No ponto:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. ESTELIONATO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E PARCELAMENTO DE SOLO URBANO. DOSIMETRIA. ANÁLISE NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MANUTENÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO.

"[...]

IV - O entendimento perfilhado pelo magistrado, no ponto, está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que as consequências do crime em razão do elevado prejuízo ocasionado às vítimas justificam a majoração da reprimenda de piso."

(AgRg no HC 525.029/RJ, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 19/11/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do recurso especial para **negar-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator